



Breve história das PICS na Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo - de 2001 a 2021

Emílio Telesi Júnior¹

As Práticas Integrativas tiveram início na Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS-SP) no ano de 2001, com a posse do novo governo.

Naquela época, havia na Secretaria Municipal da Saúde (SMS) um grupo de sanitaristas composto por médicos e outras categorias profissionais com formação prévia em algumas modalidades oriundas do oriente, tais como Acupuntura, Tai Chi Pai Lin, Lian Gong e Meditação.

A partir da retomada do SUS no âmbito da SMS surgiu a possibilidade de implantar recursos assistenciais distintos da biomedicina. A partir daí, começamos a pensar nas possíveis relações entre a Medicina Tradicional Chinesa (MTC) e o campo de aplicação da Atenção Básica, com todas as suas programações de saúde. À primeira vista, essa tentativa parecia inusitada porque desconhecíamos experiências nesse sentido, especialmente numa grande cidade como São Paulo. Perguntávamos por que deveríamos recorrer à MTC, que se utiliza de tecnologias e procedimentos simples, se tínhamos à disposição toda a tecnologia da medicina contemporânea. Será que a MTC conseguiria abrir novos e eficazes caminhos na Atenção Básica? Como faríamos a integração da MTC com as programações e demais áreas técnicas da SMS?

Entretanto, em que pese o aumento crescente dos equipamentos de saúde, de profissionais, de especialidades médicas e de diferentes modalidades de assistência, a situação de saúde de grande parte da população continuava precária e vinha se agravando com o aumento da prevalência de doenças crônicas e não transmissíveis. Eram cada vez mais presentes as manifestações de insatisfação por parte dos usuários do SUS e também estavam insatisfeitos os gestores públicos e os servidores da saúde. Diante dessa situação de insatisfação geral, chegamos à conclusão que realmente seria necessária a abertura de novos caminhos e a introdução de outros conceitos e modelos de atenção à saúde.

A ideia que dava firmeza e consistência a nosso grupo era a de capacitar os trabalhadores da SMS para que a rede de saúde pudesse oferecer aos usuários do SUS outras modalidades de atenção, diferentes do modelo predominante e contrárias à excessiva medicalização das pessoas. As perguntas que mais nos motivavam e que nos deixavam inseguros quanto ao que fazer eram as seguintes: o que será da saúde da população daqui a vinte anos, em 2020? Como fazer para livrar os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) da dependência abusiva de remédios? O que fazer para fortalecer o SUS por meio de tecnologias leves, eficazes, algumas artesanais e sustentáveis? Que medidas deveriam ser adotadas para orientar os usuários do SUS para que tivessem mais autonomia, liberdade e confiança frente ao autocuidado? Como contribuir para o resgate de sabedorias populares, de senso comum, como o uso de plantas medicinais, da alimentação e do cuidado com o meio ambiente? Como romper as barreiras existentes entre a MTC e a biomedicina? Haveria espaço na Secretaria Municipal da Saúde para a construção de novas práticas de cuidado fora do modelo de atenção dominante? Não seria mais uma utopia pensar na possibilidade de gerar novas relações no campo da saúde?

Apesar de tantas indagações e inseguranças, porém, contando com o decidido apoio do secretário da saúde, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, decidimos dar andamento ao projeto, usando para tanto as bases conceituais e filosóficas que deram origem à Medicina Tradicional Chinesa, como Acupuntura, Tai Chi Pai Lin, Lian Gong, Lien Ch'í, Meditação, Fitoterapia e Dietoterapia.

Os primeiros passos

Em primeiro lugar foi criado um Grupo de Trabalho Multidisciplinar no Gabinete da SMS com a finalidade de implantar a MTC de forma articulada e integrada aos demais equipamentos municipais de saúde em uma cidade com a dimensão de São Paulo.

A primeira medida do grupo de trabalho foi planejar o levantamento de profissionais existentes na SMS com formação em alguma das modalidades da MTC. Na ocasião a SMS contava com cerca de 30.000 funcionários e imaginamos que haveria funcionários com conhecimento em MTC. Imediatamente o levantamento foi realizado e revelou cerca de 60 médicos com especialização em acupuntura e dezenas de outros profissionais com formação em diversas práticas corporais e meditativas.

Com o objetivo de organizar o modo de capacitação dos funcionários, fizemos a identificação de Unidades de Saúde que pudessem tornar-se Polos de Difusão da

MTC, ou seja, Unidades de Saúde com servidores especializados em alguma modalidade da MTC que servissem de cenário para o preparo e a capacitação dos demais servidores de saúde em distintas práticas da MTC.

A partir dessa identificação inicial, nos reunimos com os funcionários com formação em MTC para discutir as formas de implantação. Os resultados levaram ao engajamento desses profissionais, com representatividade regionalizada, dispostos a assumir os compromissos e a disseminar as modalidades da MTC a partir de Unidades de Saúde, que se tornaram **Polos de Difusão** da Medicina Tradicional Chinesa na Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. Foram criados doze Polos de Difusão distribuídos em todas as regiões da SMS: na região norte da cidade UBS Moinho Velho, UBS Vila Progresso, Hospital e Maternidade Escola da Cachoeirinha e Ambulatório de Especialidades do Tucuruvi; na região sul o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador de Santo Amaro; na região sudeste o Ambulatório de Especialidades Ceci e o Ambulatório de Especialidades Flávio Gianotti; na região leste o Ambulatório de Especialidades da Mooca e o Ambulatório de Especialidades Tito Lopes; na região oeste o Centro de Saúde Escola da Faculdade de Saúde Pública da USP; na região central o Hospital do Servidor Público Municipal.

De modo concomitante, vínhamos mantendo entendimentos com entidades reconhecidas por sua excelência, competência e tradição no ensino da MTC. Com parte delas estabelecemos parcerias para dar início ao processo de capacitação dos funcionários da rede de saúde. Entre as principais entidades envolvidas merecem destaque a Associação de Medicina Tradicional Chinesa do Brasil (AMC), a Via 5 Oriente/Ocidente Arte e Cultura e a Associação Espaço Luz – Escola de Artes Taoístas Ltda. Estabelecidas as parcerias decidimos pelas primeiras modalidades voltadas para a capacitação dos servidores de saúde: Acupuntura, Tai Chi Pai Lin, Lian Gong, Meditação e Fitoterapia.

Em 2001 ainda não havia sido criada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. O nome adotado para implantar as novas atividades foi Medicina Tradicional Chinesa, pois havíamos realizado nossos estudos durante a década de noventa a partir desse ponto.

O processo de capacitação de pessoal começou no segundo semestre de 2001 e, para nossa surpresa, houve enorme adesão dos servidores. Ficou claro o interesse por novos referenciais de educação em saúde, com o emprego de outros meios de comunicação social, visando a incorporação de recursos terapêuticos mais aptos a atender os grandes desafios da vida contemporânea. A adesão às capacitações foi surpreendente e aumentou o número de pessoas que defendiam a multiplicação

das novas modalidades, de forma que, gradativamente, centenas de Unidades de Saúde passaram a contar com os recursos da MTC.

A percepção de que o ponto forte do programa foi o engajamento dos servidores favoreceu a abertura de outras iniciativas, como a organização de encontros centrais e regionais, eventos, seminários e outros mecanismos de difusão e informação da MTC por meio de impressos e de mídias eletrônicas.

Ao final de 2004 publicamos o primeiro **Caderno Temático da MTC** (PMSP – SMS) com o objetivo de fazer o registro do projeto iniciado três anos antes. O Caderno apresentou a justificativa da implantação da MTC na rede de saúde, que se encontra na página de número 30. “As razões dessa escolha são distintas, no entanto, podemos destacar que um dos desafios presentes da SMS de São Paulo é a busca de modelos de atenção que favoreçam a produção da saúde, a humanização das relações sociais e a melhoria da qualidade dos serviços e da vida da população”. Na mesma página estão enumerados os dez pressupostos que deram sustentação ao projeto de implantação maciça da MTC na SMS-SP:

- “1. A extrema importância da saúde no campo das políticas públicas;
2. A necessidade de incorporar e difundir novas tecnologias nas práticas da saúde coletiva do Sistema Único de Saúde – SUS;
3. A grande aceitação que Acupuntura / Medicina Tradicional Chinesa vêm tendo em nosso meio, tanto entre os profissionais de saúde quanto entre a população em geral;
4. A comprovada eficácia da Medicina Tradicional Chinesa no tratamento de considerável parte das doenças mais prevalentes entre nós;
5. O baixo custo do tratamento, comparado ao uso de medicamentos industrializados, e a quase inexistência de efeitos colaterais das técnicas empregadas pela MTC;
6. A adesão e a participação ativa do paciente no processo terapêutico, e o resgate da qualidade da relação médico-paciente;
7. A necessária e urgente abertura do espaço público para a prática de Acupuntura e das demais modalidades da Medicina Tradicional Chinesa, tais como a fitoterapia e as plantas medicinais, as práticas corporais e meditativas e a dietoterapia;
8. A importância de se proporcionar distintos meios de educação permanente;

9. A premência em se encontrar respostas imediatas, eficazes e de baixo custo aos problemas de saúde mais comuns, em especial os cuidados voltados para o combate às Doenças Crônicas e Não Transmissíveis mais prevalentes na população idosa;

10. A importância de promover a prática do autocuidado.”

De 2001 a 2005

No período compreendido entre 2001 e 2005 haviam sido capacitados cerca de 1.000 servidores públicos. Além disso, entre esses anos outras modalidades foram sendo incorporadas, tais como Homeopatia, Lien Ch’i, Dança Circular, Capoeira, Ioga e Xiang Gong. De tal modo que, ao final de 2005, havia mais de uma centena de equipamentos municipais de saúde com suas distintas modalidades que, a partir do ano seguinte, em 2006, passaram a ser denominadas Práticas Integrativas e Complementares, por meio da consolidação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, instituída em todo o território nacional através das Portarias Ministeriais número 971 em 3 de maio e número 1.600 em 17 de julho do mesmo ano. ‘

É indispensável registrar que o movimento desencadeado na Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, a partir de 2001, foi convidado a contribuir na formulação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.

De 2005 a 2012

Nos oito anos seguintes o processo de implantação e difusão das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) teve continuidade e entre 2006 e 2012 aproximadamente 1.300 novos servidores foram preparados e incorporados à oferta desses recursos na rede municipal da saúde.

De 2013 a 2017

Outro significativo salto na expansão dos funcionários capacitados e do número de Unidades de Saúde com PICS ocorreu a partir de 2013, quando pela primeira vez houve a realização de concurso público para a admissão de médicos acupunturistas na SMS de São Paulo. Entre 2013 e 2017 cerca de 1.400 funcionários foram capacitados, incluindo-se o processo de formação dos profissionais de saúde na modalidade da auriculoterapia, curso promovido pelo Ministério da Saúde e desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Dentre o conjunto das distintas modalidades PICS existentes na SMS-SP merecem destaque as práticas corporais e meditativas que são realizadas com grupos de

usuários do SUS. Primeiro porque são as mais frequentes e segundo porque são realizadas por quaisquer categorias de trabalhadores da Secretaria da Saúde. A cada ano são abertos novos grupos de práticas corporais e meditativas e atualmente foi alcançado o número médio de 40.000 grupos de práticas corporais e meditativas por ano. Calcula-se o número de 700.000 participantes ao longo de cada período anual. Em terceiro lugar, deve-se destacar que é crescente o interesse nas atividades grupais. Talvez uma das explicações para esse interesse seja o fato de as atividades coletivas contribuírem para a criação de “pequenas comunidades”, que tendem a se consolidar à medida em que perseveram, o que leva à empatia, à sincronia e à solidariedade entre os participantes, laços de amizade e fraternidade tão em falta nos grandes centros urbanos. Outro aspecto a ser considerado é que as atividades em grupo despertam novas subjetividades e dão alegria aos serviços de saúde. O mesmo interesse ocorre entre os instrutores dos grupos, movidos pelo desejo de afirmar um cuidado renovado à saúde. Eles mostram que não são movidos simplesmente pela especialização em uma nova técnica, mas porque são capazes de fazer a diferença e fazer parte da construção de outros modos de produzir saúde.

Sem dúvida, cada ano que passou fortaleceu a consolidação das PICS na SMS-SP. Prova disso é que, a partir de 2008, várias leis, decretos e portarias municipais foram publicados reforçando a importância das PICS na cidade de São Paulo. São eles: a Lei nº 14.682, de 30 de janeiro de 2008, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa Qualidade de Vida com Medicinas Tradicionais e Práticas Integrativas em Saúde, além de dar outras providências; a Lei nº 14.903, de 6 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a criação do Programa de Produção de Fitoterápicos e Plantas Medicinais no Município de São Paulo e dá outras providências; a Lei nº 16.662, de 17 de maio de 2017, que instituiu o Serviço de Atendimento Homeopático na Rede Hospitalar Municipal de Saúde, e dá outras providências; a Lei no. 16.881 de 27 de março de 2018 que estabelece diretrizes para o Programa de Terapia Floral; a Portaria nº 204 – SMS.G. SP de 27 de fevereiro de 2019 que dispõe sobre o programa municipal de práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PMPICS e dá outras providências.

Há que se reconhecer e valorizar todo empenho da SMS-SP em apoiar o projeto de implantação e difusão das PICS, sem o qual nada teria acontecido. Porém, ainda são modestas as ações e as medidas de promoção da saúde e prevenção de doenças, pois é cada vez maior a prevalência de doenças crônicas e não transmissíveis, seguidas do agravamento do quadro sanitário com a emergência de antigas endemias e o aparecimento de novas epidemias por doenças infecciosas.

Ainda predomina o modelo de atenção ancorado nas tradicionais “programações de saúde” criadas na década de setenta do século passado e que tendem a encerrar os contatos humanos dentro de espaços de controle, tais como ciclos de vida, fatores de risco, saúde da mulher, da criança, do idoso, do homem e outras programações que decompõem os vínculos sociais em distintos elementos. Em boa parte das vezes continuamos a manter os usuários do SUS na condição de consumidores de procedimentos médicos e de medicamentos, relegando-os à condição de portadores de condições crônicas.

2016 – Residência Multiprofissional em PICS

Em 2016 estávamos cada vez mais convencidos de que as PICS constituíam um movimento estratégico de renovação do Sistema Único de Saúde, pois introduziam nele dimensões diferentes das bases conceituais da biomedicina: uma outra racionalidade médica e um cuidado de outra natureza. Para nós, não havia mais dúvidas. Era impossível não pensar em renovar as estratégias para consolidação das PICS nos sistemas de saúde. O desafio cresceu, especialmente aquele voltado para a formação de profissionais para esse campo de atuação emergente e vasto.

Com as PICS presentes em mais de 50% dos equipamentos de saúde, a SMS de São Paulo decidiu criar o Programa da Residência Multiprofissional em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, vinculada à área de Concentração Atenção Básica / Saúde da Família. Sem dúvida, optou-se por uma estratégia de médio e longo prazo, tendo como referência as Diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

Ao desenhar o Projeto Pedagógico da Residência surgiram novas dúvidas: quais seriam as competências e as habilidades do residente egresso? O que fazer para que o residente viesse a assumir compromissos sociais que estariam além do setor saúde? Que valores a Residência deveria promover? Afinal, que educação pretendíamos oferecer aos residentes em PICS?

Para responder a essas questões, alguns pressupostos nortearam o desenvolvimento do projeto pedagógico da Residência:

- As PICS encerram um conjunto de saberes com enorme potencial de ampliar o campo de atuação da Atenção Básica, pois trabalham um conceito de saúde ampliado, não reduzido a ações apenas assistenciais.
- As PICS estão integradas à Atenção Básica como um todo, e com a Estratégia de Saúde da Família em particular, sendo capazes de ensinar e aprender com os

outros níveis do sistema, e com as necessidades apresentadas pelo usuário, pelo cidadão e pela comunidade.

- As PICS articulam as ações de educação permanente para a Atenção Básica, desenvolvem ações de formação e capacitação do pessoal, propiciam espaço de reflexão sobre a ação, transformam o conhecimento apreendido em prática e contribuem para que as mudanças organizacionais e os processos de trabalho possam ser executados a partir da realidade local.

- As PICS trabalham de forma integrada com as demais áreas técnicas e assistenciais da SMS-SP, tais como saúde mental, do idoso, da pessoa com deficiência, da mulher, da criança, entre outras, visando a assegurar a continuidade e a globalidade dos serviços requeridos, de diferentes profissionais e organizações, articuladas no tempo e no espaço, conforme os conhecimentos disponíveis.

A Residência se concretizou e desde então vem se desenvolvendo com o objetivo de ser um projeto inovador no SUS e servir como espaço para a integração e formação de rede de atuação, juntamente com outros projetos e ações programáticas da Atenção Básica. É dirigida especialmente aos jovens profissionais recém egressos das Universidades e também aos funcionários que sentem a necessidade de ampliar as ações educativas e buscam novas iniciativas de formação em saúde, fazendo uso inteligente de novas tecnologias de educação permanente, informação e comunicação.

A Proposta Pedagógica da Residência procura orientar os residentes sob o ponto de vista interdisciplinar, transdisciplinar e interprofissional. Tem o propósito de fazer com que o residente egresso tenha condições de refletir e de agir em relação aos desafios sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais. A interdisciplinaridade é a peça-chave na qualificação do residente em PICS e requer a interação e a integração entre os distintos profissionais bem como o relacionamento entre as disciplinas, com sua unidade e sua diversidade.

O **Programa da Residência Multiprofissional de Práticas Integrativas e Complementares** da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo foi homologado pelo Programa Nacional de Bolsas para Residência Multiprofissional em Saúde por meio da Portaria MS 379, de 24 de dezembro de 2015 e tem como principal referência a **Política Nacional da Atenção Básica**.

Conclusão

Este texto procura resgatar a história da implantação das PICS na SMS-SP a partir de 2001. Pode ser entendido como a expressão de um movimento que se identifica com novos modos de aprender e praticar saúde, pois as PICS se caracterizam por linguagens próprias, que concentram um conjunto de significados distintos dos da biomedicina.

A maior fonte das PICS é o oriente e seu repertório descende de histórias milenares, que demoraram séculos para chegar até nós. Apenas por esta característica podemos afirmar que se trata de algo absolutamente sustentável. E a sustentabilidade é uma das características que mais devemos buscar e valorizar nos sistemas de saúde.

Mas o que significa mesmo a expressão “práticas integrativas e complementares”? A expressão pode dizer muitas coisas e, entre tantas, é capaz de dirigir-se a nós mesmos enquanto praticantes. Vivendo-as e praticando-as é possível perceber o sentido e o significado da expressão “por dentro das PICS”, centrada no desejo de afirmar uma identidade de cuidado oposta à hegemônica. Trata-se de abrir possibilidades de fazer a diferença e de tomar parte em um processo capaz de mostrar que a existência de modos alternativos de praticar a saúde é possível, por meio de outra ética e outra estética.

1 Médico sanitário, Coordenação da Área Técnica das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMSSP) / Contato: emilio.telesi.jr@gmail.com

Referências bibliográficas

1. Presidência da República. Casal Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [Internet]. Lei nº 8.080, 19 de setembro de 1.990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

2. Presidência da República. Casal Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [Internet]. Lei nº 8.142, 28 de dezembro de 1.990: Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: https://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/116799/microsoft_word_-_lei_n_8142.pdf

3. Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal da Saúde. Caderno Temático da Medicina Tradicional Chinesa, 2.004.

4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília, 2008. https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic_atitude_ampliacao_acesso.pdf

5. Prefeitura de São Paulo. Legislação Municipal. Lei nº 14.682 de 20 de janeiro de 2008: Institui no âmbito do Município de São Paulo, o Programa Qualidade de Vida com Medicinas Tradicionais 86 e Práticas Integrativas em Saúde e dá outras providências. São Paulo, SP. <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14682-de-30-de-janeiro-de-2008>

6. Prefeitura de São Paulo. Legislação Municipal. [Internet]. Lei nº 14.903 de 06 de fevereiro de 2009: Dispõe sobre a criação do Programa de Produção de Fitoterápicos e Plantas Medicinais no Município de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, SP. [Acesso 2021 março 31]. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14903-de-6-de-fevereiro-de-2009>

7. Prefeitura de São Paulo. Legislação Municipal. [Internet]. Lei nº 16.662 de 17 de maio de 2017: Institui o Serviço de Atendimento Homeopático na Rede Hospitalar Municipal de Saúde, e dá outras providências. São Paulo, SP. [Acesso 2021 março 31]. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16662-de-17-de-maio-de-2017/detalhe>

8. Prefeitura de São Paulo. Legislação Municipal. [Internet]. Lei nº 16.881 de 17 de março de 2018: Estabelece diretrizes para o Programa de Terapia Floral, prática complementar ao bem-estar e à saúde, no âmbito do Município de São Paulo. São Paulo, SP. <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16881-de-27-de-marco-de-2018>

9. Prefeitura de São Paulo. Legislação Municipal. [Internet]. Portaria Secretaria Municipal de Saúde - SMS nº 204 de 27 de fevereiro de 2019: Dispõe sobre o Programa Municipal de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - PMPICS-SP, e dá outras providências. São Paulo, SP. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-da-saude-sms-204-de-27-de-fevereiro-de-2019>

10. Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal da Saúde. Projeto Pedagógico da Residência Multiprofissional área de concentração Atenção Básica / Saúde da Família – Programa Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. São Paulo, SP. <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/subprefeiturasp/RMPICS.pdf>

11. Ministério a Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde Portaria N 379 de 24 de dezembro de 2015:Homologa o resultado do processo de seleção dos projetos que se candidataram ao Programa Nacional de Bolsas para Residências em Área Profissional da Saúde nos termos do Edital de Convocação Nº 12, de 28 de agosto de 2015. [Internet]. Brasília, DF. [Acesso 2021 março 31]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sgtes/2015/prt0379_24_12_2015.html

12. Telesi Júnior, E. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, uma nova eficácia para o Sistema Único de Saúde. Estudos Avançados 2016;30(86)99-112. <https://www.scielo.br/j/ea/a/gRhPHsV58g3RrGgJYHJQVTn/?lang=pt>

